

INFORMAÇÕES SOBRE O ESTADO DO ACRE

1.1 DADOS GERAIS

O nome Acre, que passou da denominação do rio ao território, em 1904, e ao estado, em 1962, tem origem talvez do termo indígena *a 'kiru*, “rio verde”, ou da forma *a'kir*, de *ker*, “dormir, sossegar”. É quase certo, porém, que seja uma deformação de *Aquiri*, modo pelo qual os exploradores da região grafaram *Umákuru*, *Uakiry*, vocábulo do dialeto ipurinã. Há também a hipótese de *Aquiri* (> Acre) derivar de *Yasi'ri*, *Ysi'ri*, “água corrente, veloz”.

Acredita-se também que em 1878, em viagem, o colonizador João Gabriel de Carvalho Melo tenha escrito ao comerciante paraense Visconde de Santos Elias, pedindo-lhe mercadorias destinadas à “boca do rio Aquiri”. Como em Belém, os donos e os empregados do estabelecimento comercial não conseguiram entender a letra de João Gabriel ou porque este, apressadamente, tivesse grafado *Acri* ou *Aqri*, em vez de *Aquiri*, as mercadorias, como também as futuras, chegaram ao colonizador como destinadas ao rio Acre. Esta é outra versão para a origem do nome do estado do Acre.

O estado do Acre está situado no sudoeste da Amazônia brasileira, na região Norte. Limita-se com o estado do Amazonas, ao norte; com o Peru, ao

sul; com a Bolívia, a sudeste, e com o estado de Rondônia, a leste. Todo o estado compreende uma área de 164.221,36 km²; sua altitude média é de 152,5 metros. Praticamente todo o relevo se integra no baixo do platô arenítico, ou terra firme, unidade morfológica que domina a maior parte da Amazônia brasileira. Esses terrenos se inclinam, no Acre, de sudoeste para nordeste, com topografia, em geral, tabular. No extremo oeste, se encontra a serra da Contamana ou do Divisor, ao longo da fronteira ocidental, com as maiores altitudes do estado (609m). Cerca de 63% da superfície estadual fica entre 200 e 300m de altitude; 16% entre 300 e 609; e 21% entre 200 e 135. O clima é quente e muito úmido, do tipo Am de Köppen, e as temperaturas médias mensais variam entre 24 e 27° C. As chuvas atingem o total anual de 2.100mm, com uma nítida estação seca nos meses de junho, julho e agosto.

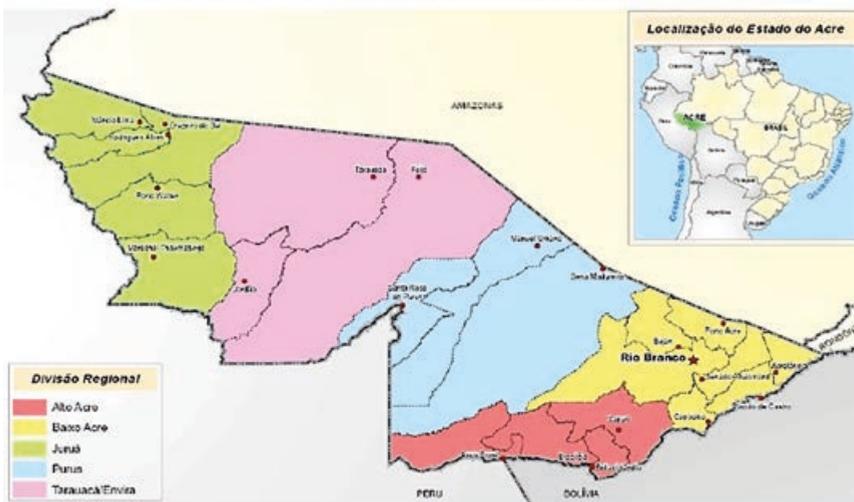
A floresta amazônica recobre a maior parte do território estadual. Muito rica em seringueiras da espécie mais valiosa, a floresta garante ao Acre o lugar de primeiro produtor nacional de borracha. Os principais rios (Juruá, Tarauacá, Embira, Purus, Içá, Caeté, Envira, Muru, Xapuri e Acre) são navegáveis apenas por pequenas embarcações, pois atravessam o estado com cursos quase paralelos e só vão confluir fora do seu território. Possui 22 municípios e tem uma população estimada em 733.559 habitantes conforme o censo de 2010 e estimativa de 869.265 em 2018. A população é constituída basicamente por descendentes de índios e nordestinos, principalmente cearenses; no entanto, há também descendentes oriundos de outros estados nordestinos (Bahia, Pernambuco e outros). A capital do estado é Rio Branco, com uma população de 336.038 habitantes de acordo com o censo de 2010. O gentílico é rio-branquense. Suas principais cidades são: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Feijó. A economia principal do estado é a cultura da mandioca, milho, banana; criação de bovinos e ovinos. Os recursos naturais são o extrativismo da borracha, a coleta da castanha e o comércio de madeira. A indústria é basicamente madeireira, processamento de borracha, cerâmica e alimentos. O gentílico de quem nasce no Acre é acreano. A distância de Brasília, em linha reta, é de 2.249,7 km e por rodovia é de 3.123 km.

1.2 O ACRE NO BRASIL



1.3 DIVISÃO POLÍTICO – ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO ACRE

Mapa da Divisão Político-administrativa do Estado do Acre



1.4 HIDROGRAFIA



2 SINOPSE DA HISTÓRIA DO ESTADO DO ACRE

2.1 POVOAMENTO INICIAL

De acordo com a Enciclopédia Mirador Internacional, durante o séc. XVIII, as penetrações portuguesas já haviam atingido os pontos máximos no Brasil. Consequência inevitável foi a dilatação do horizonte geográfico na direção oeste, atingindo terras de posse espanhola, fato que se tornou matéria dos tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777). Ambos os tratados, partindo das explorações feitas por Manuel Félix de Leme nas Bacias do Guaporé e do Madeira, estabeleceram como linha divisória das possessões respectivas na área em questão, os leitos do Mamoré e do Guaporé até seu limite máximo ocidental, na margem esquerda do Javari.

O povoamento da zona, estimulado pela criação da nova capitania real de Mato Grosso (1751), deu-se na direção da fronteira, surgindo alguns centros importantes: Vila Bela (1752), às margens do Guaporé, Vila Maria (1778), no rio Paraguai e Casalvasco (1783). Até meados do sec. XIX não se pensou em povoamento sistemático da área. Nessa época, o grande manancial virgem de

borracha, que aí se encontrava, atraíra o interesse mundial, provocando sua colonização de modo inteiramente espontâneo.

A política econômica do império, orientada para a atividade agrário-exportadora com base no café, não comportava o aproveitamento e a incorporação dos territórios do extremo ocidental. Desse descaso resultou que, no *Atlas do Império do Brasil* (1868) de Cândido Mendes de Almeida, modelar no seu tempo, não figurassem o rio Acre e seus principais tributários, completamente desconhecidos dos geógrafos. Nos mapas bolivianos essas terras eram denominadas como “Tierras non descubiertas”.

Malgrado tal política, alguns sertanistas brasileiros exploravam aquela região agreste e despovoada, desconhecendo se pertenciam ao Brasil, ao Peru ou à Bolívia. Assim, ainda em meados do séc. XIX, no impulso que a procura da borracha ocasionou, solicitada que era no mercado internacional, várias expedições esquadrinharam a área buscando facilitar a penetração dos colonos.

Segundo Cleusa Maria Rancy (1992, p. 14), as terras, hoje acreanas, já foram palco de inúmeras tentativas de posse por parte dos países fronteiriços: Brasil, Peru e Bolívia.

Conforme Rancy (1992) o estado do do Acre está situado no extremo noroeste da Amazônia brasileira, que primitivamente era recoberta pela floresta equatorial; sua formação é de planícies, rios, floresta, seringueiras, castanheiros, calor e umidade.

Foi por influência do extenso domínio florestal, que a árvore produtora do látex foi motivo da exploração, conquista e posterior anexação dessa região ao domínio brasileiro, região esta que fez com que o Brasil se tornasse o primeiro produtor de borracha natural.

A economia extrativa vegetal, principal fonte de sobrevivência do homem na região, foi auxiliada também pela coleta da castanha, fruto de alto valor nutritivo, de delicioso paladar e de fácil aceitação até no exterior; a exportação desse fruto permitiu amenizar parcialmente os danos gerados quando do declínio gumífero.

2.2 AS PRIMEIRAS CONQUISTAS

Cleusa Rancy (1992, p. 15) afirma que a conquista das terras acreanas teve seu início por volta de 1850, no Purus. Para essa autora, os primeiros a percorrerem essa região foram os pescadores e coletores de drogas, porém a maior investida foi a dos *encarregados de índios*, que eram funcionários que tinham

por objetivo transmitir ensinamentos gerais e religiosos que melhorassem a vida dos índios e, ao mesmo tempo, facilitassem os interesses dos civilizados.

Para Rancy (1992), algumas controvérsias existem sobre quem primeiro chegou a desbravar as terras acreanas, independente dessas terras terem pertencido à Bolívia ou ao Peru. Entre os desbravadores registram-se João da Cunha Corrêa e Manoel Urbano.

De acordo com Rancy (1992), em 1857-1858, Manoel Urbano fez uma viagem pelo rio Juruá e depois pelo rio Tarauacá, passando em seguida para o Envira e chegando por terra ao Purus. Em 1861, João da Cunha Corrêa foi mais além dessa região e desbravou os afluentes da margem direita: Aquiri, Hynama e Aracá, que banham essa região. Atualmente, esses rios são denominados Acre, Jacó e Chandless.

Leandro Tocantins (1979, p. 110) empresta a João da Cunha Corrêa o título de desbravador do Juruá, à semelhança de Manoel Urbano, no Purus.

2.3 A OCUPAÇÃO CEARENSE

De acordo com a Enciclopédia Mirador Internacional (1975) à proporção que subia no mercado o preço da borracha, crescia a demanda e aumentava a corrida para a Amazônia. Os seringais multiplicavam-se, assim, pelos vales do Acre, do Purus e, mais a oeste, do Tarauacá: em um ano (1873-1874), na bacia do Purus, a população subiu de cerca de mil para quatro mil habitantes. Por outro lado, o governo imperial, já sensível às ofertas decorrentes da procura da borracha, considerou brasileiro todo o Vale do Purus.

Também na segunda metade do séc. XIX, registraram-se perturbações no equilíbrio demográfico e geoeconômico do império com o surto cafeeiro no Sul canalizando os recursos financeiros e de mão de obra, em detrimento do Nordeste. O empobrecimento crescente dessa região impulsionou ondas migratórias em direção ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O movimento de populações tornou-se particularmente ativo durante a seca prolongada no interior nordestino, de 1877 a 1880, expulsando centenas de cearenses, que rumavam então para os seringais em busca de trabalho.

Para a colonização dessa região, foram inúmeras as caravanas migratórias, que vinham principalmente do Ceará. De acordo com Tocantins (1979, p. 151), a primeira caravana migratória partiu de Belém em 06 de fevereiro de 1878, a bordo do vapor Anajás, com o objetivo de chegar à Boca do Acre. João Gabriel,

símbolo de pioneirismo nordestino, fez desembarcar o pessoal em 3 de março de 1878, dando início à colonização das terras acreanas.

Os governos do Amazonas e do Pará logo instituíram as chamadas *casas aviadoras*, que financiavam vários tipos de operações, garantiram créditos e promoviam o incentivo comercial nos seringais.

Segundo Roberto Santos *apud* Rancy (1992, p.21), essa migração teve como pontos básicos os seguintes fatores:

- a) O trabalhador sonhava operar como se fosse empreiteiro de si mesmo, isto é, seringueiro autônomo, não se submetendo sequer ao regime salarial, pois o látex que ele vendesse pertenceria somente a si.
- b) A ilusão de enriquecimento fácil e rápido.
- c) O recrutamento e a propaganda realizada pelos seringalistas do Pará e do Amazonas em Fortaleza, Recife e Natal para atrair os nordestinos para o trabalho nos seringais.
- d) Facilidades oferecidas pelos governos do Pará e do Amazonas, bem como as facilidades do transporte de cabotagem até o porto de Belém.
- e) Falência dos senhores das terras e a permanência da seca que só aumentava cada vez mais a miséria nas regiões de origem.

Cleusa Maria Damo Rancy (1992, p. 22), afirma que as terras do Acre eram as que mais atraíam imigrantes e enumera algumas causas dessa grande atração:

- a) A tendência dos emigrados em buscar recursos rápidos e temporários;
- b) A grande incidência de seringueiras na região;
- c) A necessidade de aumento da produção gumífera, estimulada pela valorização do produto no mercado externo;
- d) A predominância de atividades diversificadas de coleta e pequenos núcleos agrícolas nas regiões próximas a Belém e Manaus, impelindo muitos a buscar novas áreas;
- e) A impossibilidade de aproveitamento desse contingente humano nas colônias agrícolas próximas aos centros regionais da Amazônia;
- f) O esgotamento parcial das árvores produtoras do látex nas regiões dos baixos rios amazônicos.
- g) A facilidade de acesso através da rede fluvial.

Para essa pesquisadora, esses fatores independentes se completam e ajudam a compreender a escolha da região, onde a incidência maior de seringueiras é explicada em parte pelas próprias condições geográficas, visto que toda ela é recoberta por vegetação florestal, local em que sobressaem as árvores de látex.

2.4 BREVE HISTÓRICO SOBRE O EMBATE FRONTEIRIÇO

Em 1890, um oficial boliviano, Juan Manuel Pando, alertou seu governo para o fato de que na bacia do Juruá havia mais de trezentos seringais; as terras acreanas eram ocupadas, em sua quase totalidade, por brasileiros, grupo de desbravadores oriundos do Nordeste; no entanto, devido ao problema da fixação das fronteiras, havia uma grande intervenção por parte dos países limítrofes, Bolívia e Peru. Mesmo havendo dois tratados para a delimitação territorial, conforme Rancy (1992, p. 28) (O tratado de Madri, de 1750 e o de Santo Ildefonso, de 1777), esses dois países não cessavam as tentativas de incorporação dessa faixa de terra aos seus territórios.

Em 1867, foi assinado o tratado de Ayacucho, no qual eram fixadas as fronteiras brasileiro-bolivianas, Tocantins (1979, p.126) nos informa a delimitação que ficou estabelecida “desde o rio [Beni, na sua confluência com o Madeira] para o oeste, seguirá a fronteira por uma paralela tirada da sua margem esquerda, na latitude 10° 20’, até encontrar as nascentes do Javari”. Desse modo, o Acre passava a fazer parte do poder da soberania boliviana.

Rancy (1992, p. 29) nos diz que

A questão da delimitação das terras aflorou quando se deu efetividade ao Tratado pela ação das comissões demarcadoras. Em 1870, foi nomeada a primeira dessas comissões, cujos trabalhos de demarcação estenderam-se até 1878, quando, por divergências entre aos pontos de limites estabelecidos no Tratado e as situações confrontadas, levaram os comissários brasileiro e boliviano a suspenderem os trabalhos e a sugerirem aos dois governos uma revisão dos limites inicialmente fixados. Os trabalhos, porém, ficaram paralisados até fevereiro de 1895.

Ainda citando Rancy (1992), em 3 de janeiro de 1899, a Bolívia implantou administração em Puerto Alonso, assegurando, oficialmente, o domínio sobre o Acre. Fazendo cessar a autoridade dos funcionários brasileiros, ali representados pelo superintendente e pelo Juiz de Direito da Comarca da vila amazonense de Floriano Peixoto, nomeados pelo governo daquele estado.

Sabemos que as autoridades brasileiras protestaram veementemente; as autoridades bolivianas, porém, não recuaram de forma alguma.

A partir desse momento, a insatisfação era uma constante e generalizava-se entre a população dos seringais do Acre, visto que o abandono por parte do governo brasileiro era visível e tudo contribuiu para uma grande revolta.

A população do estado pouco a pouco passou a resistir à tentativa de dominação boliviana sobre o território desbravado e ocupado por brasileiros.

O primeiro passo foi a não aceitação dos tributos solicitados pelos bolivianos. A partir daí, começava a preparar-se a revolta, que garantiria a posterior anexação ao território e à soberania brasileira.

José Carvalho, um advogado cearense, liderou uma ação armada, que culminou na expulsão das autoridades bolivianas. Logo depois, a Bolívia iniciou negociações com um truste anglo-americano, o Bolivian Syndicate, a fim de promover, com poderes excepcionais (cobrança de impostos, força armada), a incorporação política e econômica do Acre a seu território. O governador Ramalho Júnior, do Amazonas, informado do ajuste por um funcionário do consulado boliviano em Belém, Luiz Galvez, enviou-o à frente de contingentes militares para ocupar Puerto Alonso. Em 14 de julho de 1899, Luiz Galvez Rodrigues declarou o Estado Independente do Acre, sob a forma republicana, tornando-se seu presidente com a aquiescência dos seringalistas, visto que o Brasil permanecia indiferente à realidade e às reivindicações dos seringueiros; a partir desse momento, os acreanos tomaram as rédeas de seu próprio destino. Sob protestos da Bolívia, o presidente Campos Sales extinguiu a efêmera república (março de 1900).

Os bolivianos reinstalados na região sofreram, ainda em 1900, a investida da chamada expedição Floriano Peixoto ou “expedição dos poetas”, assim chamada por se constituir, na maior parte, de intelectuais da boemia de Manaus. O conflito não teve maiores consequências, uma vez que, em seguida, nas imediações de Puerto Alonso, a expedição foi completamente desbaratada.

Por fim, o governo da Bolívia firmou contrato com o Bolivian Syndicate (julho de 1901). O congresso brasileiro, impressionado com a arbitrariedade do ato, tomou represálias: cancelou convênios de comércio e navegação entre os dois países e suspendeu o direito de trânsito para a Bolívia.

Ao mesmo tempo, os acreanos brasileiros organizaram uma investida armada de grande vulto na região conflitada. As operações foram chefiadas por um ex-aluno da Escola Militar do Rio Grande do Sul, José Plácido de Castro. Os seringueiros armados ocuparam a vila de Xapuri no Alto Acre (agosto de 1902), prendendo as autoridades bolivianas. Finalmente, as forças de Plácido de Castro assediaram Puerto Alonso e obtiveram outra vitória proclamando, o Estado Independente do Acre, após a capitulação das tropas bolivianas (fevereiro de 1903).

O Brasil enviou tropas para ocupar militarmente o Acre e iniciou as negociações com a Bolívia. O barão de Rio Branco, ministro do Exterior, pagou ao Bolivian Syndicate uma indenização de 110 mil libras pelo fim da concessão, e assinou com a Bolívia, em 17 de novembro de 1903, o Tratado de Petrópolis,

que reconheceu os direitos do Brasil sobre toda a região. Em troca, o Brasil se comprometia a pagar 2 milhões de libras esterlinas, pagos em duas parcelas e ainda a providenciar a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, ligando Santo Antônio do Madeira a Vila Bela, na confluência Beni-Madeira. Tais foram as principais cláusulas do tratado de Petrópolis (novembro de 1903), pelo qual o Brasil adquiriu definitivamente as terras hoje acreanas.

Restava a questão com o Peru, que também reclamou a soberania sobre todo o território do Acre e parte do estado do Amazonas, à luz de títulos coloniais. Após conflitos armados entre brasileiros e peruanos no Alto Purus e no Alto Juruá, estabeleceu-se uma administração conjunta naquelas regiões (1904). Os estudos para a fixação dos limites prosseguiram até fins de 1909, quando foi assinado um tratado que completou a integração política do Acre em território brasileiro.

Em 25 de fevereiro de 1904, foi criado o território do Acre pela lei nº 1.181, sancionada pelo presidente Rodrigues Alves. A administração do território do Acre foi exercida por prefeitos designados pela presidência da República até 1920; de 1921 a 1962, por governadores, também nomeados pela presidência e interventores federais.

Em 15 de junho de 1962, o presidente João Goulart sancionou a lei que elevou o Acre à categoria de estado da Federação. Em 1990, o Acre elegeu seu 12º governador, Edmundo Pinto de Almeida Neto, que foi assassinado em 1992. Assumindo o governo do estado o vice-governador, Romildo Magalhães. Em 1995, assumiu o governo do estado Orleir Messias Cameli, após ter vencido as eleições de 1994, pelo PPB.

Após esse breve relato sobre a história e as conquistas do estado do Acre, é possível afirmar que a formação da sociedade acreana se deveu essencialmente à seca e à seringa, pois os principais formadores dessas terras foram os brasileiros nordestinos, atraídos pela abundância da *hevea brasiliensis*.

3 INFORMAÇÕES SOBRE OS PONTOS PESQUISADOS

3.1. ASSIS BRASIL



Estrada do Pacífico BR 317

Cidade anteriormente chamada Seringal Paraguassu, passou a se chamar Vila Assis Brasil e, em 19 de abril de 1976 passou a município. Possui uma área de 3.991 km² e sua população é de 2.918 habitantes. A principal atividade econômica é a agricultura. Os naturais do município denominam-se “Assis-brasilienses”.

3.2. BRASILEIA



Brasileia possui uma área de 6.232 km², tem uma população estimada em 13.955 habitantes. No dia 03 de julho de 1910 às 17:00 horas, foi fundada como Vila Brasília. Em 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Brasileia, uma composição do nome pátrio Brasil, com o significado potencial da Amazônia Hileia.

A principal atividade econômica desse município é a produção extrativista vegetal da borracha e da castanha-do-pará; em seguida vem a produção agrícola, sendo o milho e a mandioca os principais produtos. Na produção extrativista animal, destacam-se o couro e a pele de animais silvestres. A produção industrial é representada principalmente pelas indústrias de transformação de produtos alimentares (farinha de mandioca, açúcar banguê, arroz beneficiado, planificação etc.), desdobramento da madeira, tijolo e extração de lenha. A pecuária, nesse município é ainda pouco desenvolvida. Os naturais do município denominam-se “brasilienses”.

3.3. PLÁCIDO DE CASTRO



Templo Senhor Bom Jesus do Abunã

O município de Plácido de Castro foi criado em 30 de março de 1963. Inicialmente, era uma colocação de seringueiros, passando posteriormente a depósito do seringal São Gabriel, com o nome de Pacatuba. Em 1922, com o crescimento do povoado, surgiu a Vila Pacatuba, que logo depois recebeu o nome de Plácido de Castro, em homenagem ao herói da Revolução Acreana.

O surgimento desse município deu-se em razão da posição comercialmente estratégica para compra de borracha, castanha e o fornecimento de mercadorias, função de entreposto que concentrava toda produção da rica e vasta região boliviana. A autonomia veio com a lei estadual nº 588, de 1 de maio de 1976 e teve sua efetiva instalação no dia 30 de março de 1977.

Sua população atual é de aproximadamente 20 mil habitantes, com cerca de 40% de população urbana e 60% de população rural. Possui uma área de 2.972 km². Situa-se a uma altitude de 120m, o índice pluviométrico é de 2.000 mm³.

Atualmente, com o asfaltamento dos 97 km da rodovia AC 40, a população de Rio Branco passou a utilizá-la intensamente. O fluxo de pessoas levou os vizinhos bolivianos a trazerem mercadorias da Zona Franca de Cobija, intensificando o comércio.

O comércio se desenvolveu no território boliviano e teve reflexo imediato na margem brasileira, estimulando o comércio e serviços para atender às necessidades dos comerciantes bolivianos e dos turistas brasileiros. Plácido de Castro, atualmente, é uma cidade de grande atração para o turismo. Sua economia está baseada, principalmente, na compra de borracha e castanha providas da Bolívia. Com o assentamento do MIRAD (Ministério da Infraestrutura e Reforma Agrária e Desenvolvimento), ultimamente a agricultura e a pecuária vêm disputando a primazia. Movelaria, cerâmica e beneficiamento de café são suas atividades industriais.

3.4 PORTO ACRE



Vista da cidade de Porto Acre

Cidade desmembrada de Rio Branco e criada pela lei nº 1.030, de 28 de abril de 1992. Possui uma população de 9.347 habitantes, equivalente a 4,36% em relação à população do estado. As atividades deste município baseiam-se na agricultura de subsistência, extrativismo da borracha natural e extração de madeira. Cultivam-se alguns produtos como a melancia, feijão e o milho. A indústria de laticínios e o cultivo de pupunha, para ser industrializada, são atividades prósperas. Os naturais do município denominam-se “porto-acrenses”.

3.5 XAPURI



Igreja de São Sebastião

Xapuri tem uma área de 8.137 km² e foi criada em 22 de março de 1905. Está localizada à margem do rio Acre, em frente à confluência com o rio Xapuri; essa denominação foi originada pela homenagem ao nome de uma tribo dos primeiros habitantes deste lugar, a tribo dos *xapuris*. Segundo tradição oral, os primeiros exploradores encontraram, acima da foz do rio, a maloca da tribo dos “xapuris”, originando o nome do rio, e posteriormente, o da cidade, cuja grafia primitiva era “CHAPURI”, termo que significava “rio antes”.

Em 1902, este município era formado apenas de um pequeno povoado com algumas casas e mais ou menos cento e cinquenta pessoas. Em 1904, fez-se a divisão do território em departamentos. O prefeito do Departamento

do Alto-Acre, Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos, em 25 de agosto do mesmo ano, elevou o povoado à categoria de vila e, em março do ano seguinte, passou à condição de cidade.

Em 1912, tornou-se sede da comarca e, nessa fase político-administrativa, a cidade pouco a pouco foi sendo organizada, conseguindo, com isso, um certo progresso incrementado pelas condições financeiras, o que possibilitou melhorias em diversos setores da atividade humana. A presença de funcionários da justiça e da administração central, neste município, beneficiou fortemente a população, principalmente no âmbito sociocultural, visto que esses possuíam uma boa formação intelectual; prova disto é que em 1913 já circulavam jornais como o Alto-Acre.

Atualmente, o município de Xapuri tem uma população de 12.716 e apenas 305 famílias de seringueiros. A principal atividade econômica é a produção extrativista vegetal, seguida pela coleta da castanha-do-pará; trabalha-se também na produção agrícola, sendo os principais produtos a mandioca e o milho. Devido ao fato de a extração da borracha estar em baixa, a atividade econômica em expansão está sendo a pecuária.

